PRONUNCIAMENTOS DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2020, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **NA PRESIDÊNCIA**

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 26ª Sessão Ordinária, 4ª Sessão Legislativa, 18ª Legislatura realizada hoje, 30 de junho de 2020.

Votação da Ata. Em única discussão, em votação. Os Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente pelo primeiro secretário, vereador Paulo Magalhães.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HENRIQUE CARBALLAL** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **QUESTÃO DE ORDEM**

Bom dia a todos os colegas. Senhor presidente, parabéns, vereador Geraldo Júnior, por manter acesa a nossa chama, inclusive, com essas alterações que foram propostas aí na Lei

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Orgânica, que permitem a nossa funcionalidade de forma adequada. Acredito que o vereador Marcos Mendes deve ter compreendido bem.

Sr. presidente, eu, em primeiro lugar, queria pedir a V. Exa. que apreciasse hoje, no momento oportuno, uma Moção de Pesar pelo falecimento do ex-deputado Félix Mendonça, ao qual também gostaria de pedir a V. Exa. que solicitasse um minuto de silêncio dos outros colegas. O deputado Félix Mendonça tem uma história significativa, foram alguns mandatos, no total, de deputado federal, além de ter sido deputado estadual, uma contribuição importante que deu à Bahia e ao Brasil na sua perspectiva política e, portanto, foi mais uma vítima dessa terrível pandemia que assola o nosso país e portanto, dessa forma, que a Casa pudesse render essa homenagem.

Em tempo, informo que darei entrada, no momento oportuno, a um projeto de lei visando dar o nome de Félix Mendonça a um logradouro da nossa cidade, onde a cidade prestará as devidas homenagens a esse importante político da nossa terra.

Sr. presidente, eu aproveito para convidar todos os colegas vereadores para, no dia 02 de julho, nós todos participarmos de uma carreata que está sendo promovida pelo Fórum Salvador em defesa da democracia, da vida e contra o racismo. É uma carreata que marcaria, portanto, o Dois de Julho, tendo em vista a impossibilidade de todos nós participarmos do Dois de Julho, respeitando as regras das autoridades de saúde.

Então, uma carreata que sairá do Dique do Tororó, às 7h da manhã, passando pelo Campo Grande, que é a Praça Dois de Julho, e depois vamos para a Igreja do Bonfim para que o nosso querido santo possa nos abençoar a todos.

Então, convido todos os colegas. É um fórum suprapartidário, uma frente ampla que nós estamos buscando construir em Salvador com o objetivo de ter a democracia como foco fundamental do alicerce da vida em nossa cidade, em nosso país.

Obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR EDVALDO BRITO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, eu, primeiro, quero agradecer a V. Exa. por essa providência e devo dizer que a cidade inteira lhe agradece. Nós estamos com esses projetos, não em função de mim mesmo, porque não seria necessário ter uma exibição que fosse para competir com quem quer que seja, é por entender a situação que nós estamos vivendo. E o projeto da moratória, Sr. presidente, eu tenho chamado atenção, é que se isso não existisse no plano jurídico, se eu não levasse 60 anos de magistério a lecionar em que consiste essa categoria jurídica, bastaria lembrar que o Código Tributário Nacional, nascido na época da revolução de março de 64 do

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

governo autoritário, como se queira chamar, ela registra a moratória e o nosso Código, o Código Municipal, também.

Mas não é sobre eles que eu vou falar, Sr. presidente, eu queria apenas era introduzir a minha fala com um agradecimento sincero a V. Exa. Eu quero que se faça justiça a V. Exa. por ser assim em relação a todos os outros 42 vereadores que estão convivendo nesta Casa.

Eu queria falar sobre o 138. Quero lembrar que quando da primeira vez que esse projeto veio à Câmara, era presidente da Casa o vereador Léo Prates, e sua excelência me chamou até o seu gabinete e me mostrou o projeto contra o qual eu tinha me posicionado. Ao me mostrar o projeto, deu-me a oportunidade de conversar com a presidente dessa obra, a dona Rosário. Eu conversei, pedi que me fosse trazida uma informação jurídica. Ela colocou a consultoria jurídica, a assessoria jurídica da organização, conversei e fui à tribuna, Sr. presidente, e defendi o projeto.

Eu quero, novamente, agora, quando volta o projeto, quase com a mesma redação, etc, dizer o seguinte: o projeto me conduz ao tempo que eu fui prefeito, Sr. presidente. Acho que a Bahia toda se lembra, eu fui prefeito desta cidade. E aí, a minha mulher, a professora Reginalda Brito, era presidente dessa obra social. Ela, nesse ponto, era ajudada pela primeira-dama do Estado, a quem rendo homenagem à memória, Maria Amélia Santos, cujo governador, Roberto Santos, a Bahia toda rende as homenagens que são devidas a ele.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Essa obra social, Sr. presidente, me comove, me toca. Eu tenho um filho, que é deputado federal - também a Bahia toda sabe disso - e que me colocou nessa linha dessa obra social. Entregou-me para cuidar das creches, Sr. presidente.

Mais uma vez, também quero agradecer ao secretário Barral, da Educação, que tem aberto espaço. Há pouco, nós tivemos uma reunião com o Ministério Público e com o setor da Educação para que nós pudéssemos solucionar problemas nesta pandemia, Sr. presidente, das escolas comunitárias, com as quais a Prefeitura tem convênio, e com as creches comunitárias, que precisam sim de uma assistência enorme, e que estão sem funcionar presencialmente, Sr. presidente, mas estão fazendo isso em EAD, Ensino à Distância. Elas estão atuando, as creches, e por isso não podem deixar de receber as parcelas que são necessárias para manter o corpo de trabalhadores.

É com essa ideia e com esse pensamento, de ex-prefeito desta cidade, louvando a minha mulher, professora Reginalda, que era a presidente, naquele tempo se chamava LAR.

Quero dizer a V. Exa. que eu não faço política senão em benefício da comunidade. Daí os meus agradecimentos reiterados pelos projetos que V. Exa. está pedindo à Comissão de Constituição e Justiça que não se esqueça deles.

É nesse pensamento, Sr. presidente, que eu vou votar favorável ao projeto que está sobre a Mesa, o nº 138, com todas as suas características e, comigo, a consciência de um homem que não vive fazendo política senão em favor de uma comunidade, como tenho certeza que todos os meus outros 42 colegas,

incluindo V. Exa., fazem a mesma coisa. Nós temos o mesmo propósito, cada qual de nós com uma justificativa. A minha é essa. Como dizia dona Edite, minha mãe: "Esta é a minha história; rei, meu senhor, que me conte outra".

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Bom dia a todos e todas. Eu quero começar dando uma boa notícia: nesses dias em que a gente só tem notícias - ou a maioria - ruins, quero comunicar que estou muito alegre hoje, porque nasceu minha neta, Isa, às duas horas da manhã.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Parabéns, Aladilce. Que Deus abençoe. Coisa boa, nova bênção, que Deus abençoe você e a sua família.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA: - Obrigada. Que ela nos traga paz para este mundo, nós estamos precisando, e que especialmente me dê forças para continuar servindo ao povo desta cidade.

É com essa inspiração, presidente, que eu quero discutir esse projeto, como fiz na Comissão de Constituição e Justiça, conjunta com a Comissão de Finanças, e dizer que mesmo que seja contrária a algumas pessoas que têm convencimento diferente, eu quero sustentar aqui uma posição contrária a esse projeto, Sr. presidente.

Nós já fizemos isso em 2018, fizemos um debate amplo buscando não levantar suspeitas, não atacar a honra de nenhuma pessoa, nem pessoa física, nem jurídica, mas de defender uma tese. É isto que nós temos feito, porque é isto que nos cabe enquanto legisladores, enquanto vereadores e vereadoras, autoridades deste município, responsáveis pela fiscalização do Poder Executivo.

Com toda a isenção, eu quero colocar que essas opiniões, que são opiniões também de outros vereadores e vereadoras, que, junto de advogados e nossas assessorias, a gente tem se debruçado e procurado sempre ser o mais justo e isento, justa e isenta possível, porque acho que é assim que a gente deve se conduzir nesse lugar de tamanha responsabilidade, que é o lugar da vereança, um cargo que a gente exerce representando. A gente tem que representar com ética, sem personalizar, sem pessoalizar as posições que a gente defende.

Sr. presidente, quero dizer que também aprecio muito, assim como o professor Edvaldo Brito, o trabalho da ONG Parque Social. Quem atacaria uma instituição que tem um trabalho, sobretudo, voltado para as pessoas mais pobres desta cidade, uma cidade tão desigual, especialmente um trabalho com crianças? Então, a minha posição contrária a que a Câmara aprove esse projeto se dá num entendimento de que nós temos alguns aspectos legais que estão sendo feridos nesse projeto, com a perspectiva de aprovação desse projeto.

Primeiro, Sr. presidente, que eu continuo entendendo que essa lei que nós estamos para aprovar, ela não é uma lei

substantiva, ela tem característica de lei formal, de um ato administrativo. Nenhuma outra ação ou medida dessa natureza, de autorizar uma contratação específica para uma determinada organização social, passa pela Câmara. Então, até hoje eu não consigo compreender, nem as nossas assessorias, por que especificamente para a ONG Parque Social vem essa responsabilidade de a Câmara autorizar? Poderia ser feito através de uma medida administrativa, como o prefeito vinha fazendo antes, inclusive.

Trata-se de autorizar a transferência de sete milhões, desta vez, para a execução do Programa de Menor Aprendiz, que é um projeto federal e que está sendo regulamentado em nível de município. Isso também é compreensível e nós temos uma legislação federal que dá conta disso. Ocorre que, ao fazê-lo de maneira direcionada para a ONG Parque Social, o prefeito e o Executivo escolhem, sem apresentar os critérios para esta escolha de uma determinada ONG. Na cidade, nós temos diversas, nós temos mais de 30, porque nós conseguimos reunir, em uma audiência pública, mais de 30 entidades da sociedade civil, entidades não governamentais, que poderiam também desenvolver um programa de treinamento, de contratação, melhor dizendo, de jovens, menor aprendiz, e montar, desenvolver e realizar esse programa de treinamento e acompanhamento do trabalho desses jovens.

Então, não nos parece, pelos relatos, pelos depoimentos que nós examinamos que seja a única ONG em Salvador com a

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

capacidade, com a possibilidade, com a expertise para desempenhar tal programa.

O secretário Tiago Dantas esteve na Câmara e fez a sua apresentação e defendeu, e o que ele nos apresentou foi uma escolha do Executivo. Mas não nos diz quais são os critérios.

Inexigibilidade precisa ser muito bem estabelecida para que a gente possa fazer essa discricionariedade, essa escolha de uma entidade. Então, eu tenho que ter, a lei é muito clara para isso, nós temos lei que regulamenta e que regula a inexigibilidade. E não é o caso dessa entidade. Nós teríamos outras, aliás, o próprio município já fez contrato com outras entidades daqui de Salvador para realizar o mesmo programa, programa semelhante.

Então, isso mostra que haveria necessidade imperiosa de um chamamento público para que a gente pudesse tratar a coisa de maneira impessoal, para que não pairasse nenhuma dúvida sobre esse contrato com a ONG Parque Social, considerando, Sr. presidente, que existem outros elementos que nós precisamos também afastar, tirar qualquer possibilidade de suspeita, de dúvida quanto a esse contrato para que não pareça que é direcionado.

A ONG Parque Social é presidida pela senhora mãe do prefeito. A ONG Parque Social tem no seu quadro uma diretora que é nomeada no gabinete do prefeito, está lá na folha de pagamento, a Sra. Sandra Paranhos.

Então, Sr. presidente, esses elementos nos cabem analisar, checar porque nós somos fiscais do Executivo, independente de ser o prefeito ACM Neto. Poderia ser Edvaldo Brito. Gostaria

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

muito que fosse o prefeito, mas eu sei que ele não faria isso. Eu tenho certeza de que ele não faria isso. Então, Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, esses elementos todos nos fazem firmar a posição de que nós não devemos aprovar esse projeto.

Em 2018, esse debate se colocou. Existem várias representações não só da Casa, como da sociedade, no Ministério Público em relação a essa questão. Existe sindicância, inquérito dentro da própria Controladoria Geral do Município sobre essa transferência de recursos.

Então, são muitos elementos que nos deixam inseguras e inseguros para votar para a gente não estar compactuando com uma medida irregular do Executivo, porque o Executivo poderia fazer sem passar pela Câmara, mas nos parece que ele busca dividir a responsabilidade de alguma coisa que não está correspondendo adequadamente à legislação do nosso país, a legislação administrativa, ele busca dividir essa responsabilidade com a nossa Câmara.

Eu também levantaria outras questões. Assim que o prefeito mandou para a Casa esse projeto, eu, como ouvidora, pedi imediatamente que nos mandasse a prestação de contas e o plano de aplicação desses recursos - são 7 milhões - e nada disso chegou.

Na sexta-feira, nós fomos provocados pela Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Educação, por um grupo de vereadores muito expressivo, e pedimos mais uma vez. Liguei para o secretário Tiago Dantas e ele disse: “Estou lhe devendo a prestação de contas. Mando já. ” E não chegou até a hora da

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

audiência pública. Poderia ter nos convencido de que poderíamos fazer, aprovar porque os recursos estão sendo aplicados de maneira transparente. Mas não chegou.

Então, os movimentos que o Executivo tem feito de lá para cá só fazem consolidar a ideia de que nós não devemos votar esse projeto.

Além disso, nós fomos pesquisar, resgatar as informações, a história com relação a essa entidade. No site da ONG, que tem um convênio com o município, deveria ter, conforme a legislação estabelece, prestação detalhada, Sr. presidente, e não há.

Além disso, de 2013 para cá, senhores e senhoras, foram 32 milhões transferidos para essa ONG de maneira dirigida. Somente de 2018 para cá, está passando pela Câmara, mas nós temos um histórico de recursos da Assistência Social de 10% no último ano. Nesse ano de 2019, foram 10% dos recursos de programas sociais, de projetos sociais da Prefeitura, de algumas secretarias, da Educação e da Assistência Social, repassados para essa ONG. Foram 10% em 2019, foram 8% no ano de 2018 e só vem subindo, e 7% no ano anterior.

Então, enquanto nós temos diversas outras instituições, milhares, de centenas de instituições que, inclusive, andam, vivem na galeria desta Casa cobrando repasses de convênios que não chegam.

Então, Sr. presidente, eu acho que nós devemos nos abster de concordar com uma irregularidade que o prefeito insiste em fazer porque existe (falha no áudio) com relação à ilegalidade, à imoralidade. Eu acho que nós precisamos deixar claro que é o

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

princípio da moralidade pública também que está em jogo, porque é preciso afastar não só a possibilidade de estar se beneficiando uma ONG que tem (falha no áudio) gestor e a assessora especial de um gestor como assinantes desses convênios, como pessoas (falha no áudio).

Muito obrigada, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Bom dia, Senhor presidente, colegas vereadoras e vereadores. Saudar também, dizer da minha alegria, Aladilce, de você ser vovó. Coisa boa, em meio a uma pandemia, tantas notícias ruins, tantos nossos e nossas indo, você é bem agraciada nesse dia de hoje. Parabéns, viu?

Mas, Sr. presidente, eu quero aqui também construir, de forma breve, até para não usar os dez minutos, atendendo aí ao seu apelo, e sei também o quanto é difícil a gente ficar assim, a gente tem reuniões o dia inteiro, como cansa, e isso também é um esgotamento mental. Mas eu vou tentar trazer aqui uma linha do tempo, desde a outra matéria quando chegou a esta Casa, o nosso posicionamento, até para preservar as outras entidades, que no dia-a-dia constroem um trabalho de excelência em relação

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

ao programa de aprendizagem e também em relação à ONG Parque Social.

Dizer, Sr. presidente, que quando o projeto chegou inicialmente à Casa, nós nos debruçamos, fizemos assim mesmo todo um apanhado de informações, consultando também em outros municípios, em outros Estados como seria. A nossa assessoria jurídica se debruçou na Constituição Federal, na do Estado, em todas as normas para poder nos dar esse lastro jurídico, e buscando também os marcos legais que pudessem nos subsidiar para um posicionamento nosso. Até porque, nós não realizamos aqui nenhuma oposição por oposição. Quando o projeto vem para a Casa, é discutido, vem acompanhado de prestações de contas, do que foi, qual o impacto que esse projeto gerou, quantos jovens participaram, qual foi o impacto, por região até, para a gente poder saber e falar: não, esse projeto é de fundamental importância e daí merece também a gente se debruçar ou fazer mais emendas para, cada vez mais, ir melhorando.

Por isso que nós, assim que chegou na Casa, nesse período de pandemia, que a gente não está tendo, as sessões são semipresenciais, não está todo mundo aí, na Casa, nós também seguimos o mesmo percurso da outra vez. E buscando todas essas pessoas, buscando outras entidades que nos ajudaram no passado, num passado próximo, a exemplo da Acopamec, que tem uma experiência, que fica na Mata Escura, tem uma experiência fantástica e que também esteve presente na nossa audiência, na sexta-feira, como a vereadora Aladilce já trouxe

aqui, eu não vou ser redundante. Por isso, Sr. presidente, a nossa preocupação em preservar, em zelar diante dessa realidade.

E a pesquisa que nós buscamos e realizamos também, as informações sobre o Parque Social, que a gente não tem, no site da Transparência não consta nada. Então, a gente tem que buscar no Diário Oficial tudo que é publicado, todas essas ações que a gente precisa, também, estar preocupada.

E uma outra nossa que a gente tem é a questão da impessoalidade e da moralidade administrativa. De acordo com os resumos dos contratos, dos aditivos firmados até dezembro de 2017, e que foram publicados em edições diversas no Diário Oficial do Município com a Associação Parque Social. Chama a atenção o fato desse ser assinado pela presidente, a Sra. Maria do Rosário Viana de Magalhães, que é mãe do prefeito Antônio Carlos Magalhães. Já naquela época, a participação nas licitações por parte da mãe do prefeito afronta os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade administrativa.

Então, tal violação, que é indevidamente configurada, porque as circunstâncias, no caso concreto, evidenciam o favoritismo, o espúrio, a influência, que, de certo, existem.

Outra prova da imoralidade dessa relação é a quantidade de fotos do prefeito no site do Parque Social, inclusive, com o embaixador, ao lado da sua mãe, o cantor Saulo.

Então, a lei, Sr. presidente, e aqui nesta Casa nós temos diversos vereadores que conhecem bem a Lei 8666/93: “Não vedar expressamente a contratação” - é bom a gente trazer isso também, para não dizer que a gente faz oposição por oposição –

"pela administração pública de entidades pertencentes a parentes e gestores públicos envolvidos no processo licitatório. " Entende-se que o fato de relação de parentesco do prefeito com a presidenta, à época, autoridade maior do Poder Executivo Municipal, implica um explícito direcionamento.

Então, as ações dos gestores públicos devem pautar-se sempre na busca do atendimento dos princípios norteadores da atividade administrativa e da proteção à isonomia. Isso eu queria deixar aqui.

Diante disso, Sr. presidente, foram diversas pesquisas que a nossa assessoria vem buscando desde 2015 até atualmente. Diversos contratos, com diversos valores para diversos projetos, para ver também que a ONG tem essa importância, mas não pode ser a única que tem essa expertise para dar conta dessa admissão de um programa de aprendizagem, como é esse que nós estamos aqui debatendo.

Por isso, Sr. presidente, eu queria aqui, para ser breve, nós pedimos também, que o nosso voto foi um voto ontem na Comissão, eu quero ressaltar primeiro que o vereador Sidninho, que o vereador Sidninho também foi uma peça importante para nos ajudar na construção também desse voto em separado na Comissão de Finanças e Orçamento. A sua assessoria também, a nossa e as diversas entidades que nos procuraram e apresentaram também sugestões.

Então, nós, o vereador Sidninho, juntamente com a nossa assessoria e a assessoria dele, encaminhamos também para o CMDCA solicitando a relação das entidades que estavam escritas

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

e habilitadas e que desenvolvem também nessa área de programa de aprendizagem essas determinadas iniciativas.

Então, eu só vou passar aqui algumas, para ver o quanto é rico e quantas entidades nós temos. Nós poderíamos ou fazer um *pool* de entidades para poder desenvolver ou, então, buscar uma outra para dar oportunidade e também a gente ter essa isonomia respeitada e garantida: Associação e Ação do Mosteiro de Salvador; Associação Comunitária, que eu já falei aqui, Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – ACOPAMEC; Associação de Ensino Social Profissionalizante; aqui foi a CMDCA que nos forneceu, entidades aptas; a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que também esteve na nossa audiência na sexta; Associação Fábrica Cultural; Associação Humana Povo para o Povo Brasil; Associação Obras Sociais da Irmã Dulce; Associação Voluntária para o Serviço Internacional - Brasil; Capacitação, Inserção e Desenvolvimento – CIDE; Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE; Comitê para Democratização da Informática – CDI, que também esteve na nossa audiência; Fundação Bradesco; Fundação Cidade Mãe, que também é da Prefeitura, poderia ter buscado outras também para estar desenvolvendo; Fundação Luís Eduardo Magalhães; Instituto de Assistência ao Deficiente Conceição Macedo, que também tem uma larga experiência e a gente sempre busca também informações, bebe dessa fonte constantemente; Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento; tantos outros mais, Sr. presidente, que eu vou deixar por aqui, até para atender o seu apelo.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Sei que eu estendi um pouco, mas eu agradeço. Muito obrigada, Sr. presidente. Como sempre, a sua generosidade e o seu entendimento para a gente garantir a transparência e a democracia nesta nossa Casa.

Parabéns!

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SIDNINHO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, colegas vereadores. Presidente, já há algum tempo eu venho me questionando o que é prioridade na nossa Casa. Tenho sobre a minha mesa o Projeto 108/2020, de autoria do professor Edvaldo Brito, subscrito por grandes vereadores da nossa Casa, que altera o prazo para pagamento do IPTU, do ISS e do ITIV, além de parcelar obrigações tributárias outras. Esse sim é o projeto que temos prioridade, Sr. presidente, o projeto que vem com apelo popular, um projeto que atende os anseios dos contribuintes do município. Porque o Executivo não tem atuado de forma que haja a interlocução com que os empregadores, com que os contribuintes, com que os fiéis depositários da receita do município possam conduzir suas empresas e os seus comércios durante essa pandemia.

E daí, chega em regime de urgência urgentíssima o projeto de repasse de sete milhões com a associação, que lhe confesso, não tenho conhecimento da sua atividade, uma associação que

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

vem sendo alvo de tanta discussão dos vereadores da oposição e sem qualquer questionamento público, Sr. presidente.

Então, seguindo o caminho das principais capitais do país, e V. Exa. como grande avalista, como vem sendo um grande avalista desta Casa e de nós, vereadores, eu gostaria de solicitar e de encaminhar o compromisso da votação do Projeto 108/2020, no tocante aos tributos municipais, para que seja votado antes do nosso recesso, presidente. É um projeto que V. Exa. já vem sendo solicitado há algum tempo. Nós, vereadores, somos acionados diariamente e o grande contribuinte do município está sem saber o que fazer, se ele demite o empregado, o que ele vai fazer com a vida de milhares de pessoas.

Sobre o Projeto n° 138/2020, Sr. presidente, infelizmente, o Executivo atua em causa própria. Não tem o que discutir. E, mais uma vez, o Legislativo homologa esse projeto. Estamos homologando, mas volto a dizer - e ratifico - que V. Exa. tem prestígio, tem credibilidade e é o fiel depositário desses projetos do Executivo que vêm sendo encaminhados para esta Casa.

Não podemos entender que esse recurso será utilizado para outro fim, senão o do projeto. O projeto é claro, o projeto fala em aprendizagem, em atividade social. Neste momento, requeiro a V. Exa. uma interlocução com o Executivo para que outros projetos dessa natureza também sejam encaminhados para esta Casa e que atendam às associações e institutos ora listados pela vereadora Marta Rodrigues.

Neste momento, Sr. presidente, eu libero a bancada para votar como bem entender, entendendo que V. Exa. honrará o

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

compromisso do Projeto nº 138/2020, desta votação, e também da interlocução entre a Casa e o Executivo para que outros projetos dessa natureza sejam encaminhados, que a gente possa contemplar associações e instituições que precisam, que estão sendo hoje caladas com cestas básicas oriundas do Executivo e direcionadas, não adianta nem explicar.

Então, fica dispensada, o Projeto nº 138/2020 não é prioridade, no meu entendimento, existem outras prioridades nesta Casa e rogo pelo entendimento dos nobres colegas.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR EDVALDO BRITO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

O recesso parlamentar tem uma história bonita, lá dos ingleses, e tem uma função só de descanso dos parlamentares. No caso, já tem sanção para ele, ou contra ele, como sabe V. Exa., na votação de alguns dos projetos que são essenciais. Se essa votação não ocorre, o recesso está afastado.

Na realidade, quero dizer que o recesso, em nome dessa gente sacrificada, gente que morreu, que está doente, que não tem condições de trabalhar, em nome de tudo isso esta Casa não pode se dar ao luxo de ter recesso, tem que estar aberta, para discutir tudo isso.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Veja que o vereador Sidninho, a quem agradeço, está chamando a atenção para o projeto que já não está subscrito só por Edvaldo Brito, mas por uma plêiade de vereadores, onze que estão subscrevendo esse projeto. É porque nós queremos dar respostas a essa sociedade, e que a Câmara está bem próxima da sociedade e não foge de cumprir com as suas funções em favor desta mesma sociedade.

Sou contra o recesso parlamentar.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SIDNINHO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, estaremos sempre a postos para o trabalho, sempre a postos para atuar neste Legislativo que, mais do que nunca, é importante nesse processo de pandemia, autorizando, desautorizando e colaborando com a Cidade do Salvador.

Então, concordo com V. Exa. e com o professor Edvaldo Brito. Estamos a postos, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Presidente, estou plenamente de acordo com o encaminhamento. Fazemos o que é necessário para, de fato, cumprir com as nossas obrigações perante a cidade.

Em tempo, Sr. presidente, quero ratificar a minha inscrição, pois V. Exa. nominou a todos e esqueceu do seu companheiro aqui.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR PAULO MAGALHÃES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, eu comungo desta decisão de V. Exa., no momento em que esta Casa dá uma demonstração inequívoca de que é, sim, essencial neste momento de pandemia. Por tudo que já tem feito, vereador Joceval Rodrigues, por tudo que esta Casa tem demonstrado de estar lutando junto com a Prefeitura Municipal, junto com o governo do Estado com o principal objetivo de preservar vidas, de dar condições àqueles que mais precisam neste momento difícil.

Portanto, já aprovamos aqui diversas matérias neste momento de pandemia, e quero destacar aqui o auxílio que ajudou mais de 40 mil pessoas. É claro que nós queremos estender ainda mais e beneficiar ainda mais pessoas que tanto precisam.

Neste momento, a condução de V. Exa., sempre acertadamente, favorecendo a Cidade do Salvador.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SUÍCA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **ORDEM DO DIA**

Bom dia, Senhor presidente, mais uma vez. Bom dia às vereadoras e aos vereadores. Quero agradecer ao vereador Claudio Tinoco, porque foi uma forma de ajudar. Às vezes, não dá, para quem está anotando, para acompanhar tudo, e ele está coberto de razão, estou na frente dele.

Sr. presidente, a minha inscrição aqui é basicamente para discutir o projeto e chamar a atenção aí - sei que não é um problema do senhor, mas é preciso que os nossos técnicos possam dar uma olhada -, porque desde ontem a gente tem problemas com essa internet. Acho que essas forças ocultas que o senhor tanto fala, parece que chegaram aí na Casa, e não me permitiram apresentar o meu relatório ontem. Inclusive, liguei para o vereador Alexandre Aleluia, achando que isso tinha sido proposital. Nesse caso, foi muito chato. A gente fica se preparando, estudando, para que a gente possa apresentar um voto, um relatório respeitando todo o trabalho que a nossa assessoria tem, fazendo as coisas rápidas, participando de diversas reuniões virtuais.

Isso, como a vereadora Aladilce falou, a vereadora Marta também, isso atinge o psicológico, porque você ficar no isolamento social não é uma coisa fácil. A gente que é acostumado a sair e você ter que buscar meios, e você trabalha

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

muito mais, porque você participa de muitas reuniões, respeitando e agradecendo até, por conta da tecnologia.

Por tudo isso que eu falei, é importante que se observe que a gente não pode estar toda hora tendo a internet interrompida porque isso causa um desânimo total para todos nós. Seria interessante se eu pudesse estar aí ao seu lado, ao lado dos meus amigos, companheiros aí na Casa, mas isso não é possível. E nós temos que ficar em casa realmente.

Mas eu fiquei extremamente chateado por ontem não ter participado de tudo isso e atribuí essa queda, eu quase que descobria quem era a força oculta, já estava no caminho certo para achar que era o vereador Aleluia, mas ele disse que não, até porque a vereadora Lorena também estava com problema, agora o Duda, mas é importante que a gente possa fazer uma revisão.

Sr. presidente, eu jamais seria contra qualquer projeto que viesse favorecer as nossas comunidades mais carentes. O vereador Claudio Tinoco sabe, a gente milita em algumas áreas e faz alguns questionamentos. E na audiência pública que a vereadora Aladilce falou, que foi organizada pela Ouvidoria, organizada pela Comissão de Direitos Humanos, a qual a vereadora Marta é presidente e eu sou o vice, nós tivemos vários relatos.

Um dos relatos que me marcaram foi o relato do professor Valterci. Ele é instrutor da União Santa Cruz, é instrutor do curso de informática, de conserto de computadores, de menores aprendizes também e um desses relatos foi ele dizer que foi por

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

várias vezes no Parque Social para fazer inscrição dos meninos no curso de menor aprendiz e nunca conseguiu.

A gente não tem um mapa de onde é. Ali, a gente sabe, a Santa Cruz, ali colado com o Parque Social, ninguém está querendo privilégio não, mas no mínimo aquela comunidade deveria ser contemplada. E a gente não tem noção de quantos meninos foram contemplados, a gente não tem noção sobre qual é o critério de inscrição, como é a forma. Qual o QI, aquele que indica, para que a gente possa ter um conforto.

Outra coisa, se esse projeto é tão importante, se esse recurso é tão importante - e por isso que veio em caso de urgência para a Casa -, por que não veio antes para que pudéssemos debater com as outras entidades? Agora, a alegação é que o projeto tem que ser votado porque não há tempo hábil para repasse do recurso.

Mas por que não veio antes, no início do ano? Por que não veio antes para que as outras entidades pudessem participar? Têm tantas entidades que poderia se dividir.

Tem uma questão que eu sempre digo: quem sabe do espelho orçamentário é o governador e o prefeito. Então, eu fico até, quando eu faço algum projeto de lei para esse negócio da Covid, eu faço por indicação para que o prefeito possa entender quem é e quem não é. Foi assim com os guias de turismo, foi assim com o pessoal da van, foi assim com várias outras categorias.

Se você pegar, Sr. presidente, em uma conta muito rápida, pegar 7 milhões e dividir por 270, você vai ter uma quantidade de

pessoas entre 200 e 250 pessoas; e se você multiplicar por 5, vai contemplar quase 700 pessoas que irão ser alimentadas por esse valor, neste momento que eu estou dizendo ao senhor, neste momento da pandemia. São 7 milhões que teriam um outro destino e muito melhor aproveitado. Eu acho que é isso.

Então, esse é o meu questionamento, essas são minhas dúvidas que nós gostaríamos de debater com o senhor. Esse não é um projeto qualquer que possa vir de forma de emergência porque aí não dá mais tempo.

No mais, chamar a atenção não dos técnicos da Câmara, que estão fazendo de tudo, mas chamar a atenção do presidente da CCJ, do senhor, também, nesse sentido, para que a gente não fique aqui no desespero de participar da sessão, no desespero de querer participar das comissões e, de repente, a gente cai porque são as forças ocultas – como o senhor mesmo fala aí – que nos impedem.

Então, eu queria parabenizar o líder Sidninho, nesse sentido, porque ele tem feito um esforço muito grande para que a gente possa conduzir os nossos trabalhos. Agora, dizer que a gente não é oposição por oposição e que a gente tem que também contemplar outras entidades. E que esse projeto, se vier outras vezes, que venha no início do ano para que as outras entidades possam participar de forma democrática.

Obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

ORDEM DO DIA

Bom dia, mais uma vez, Sr. presidente. Bom dia, colegas. Me ouvem? Sr. presidente, me ouve? Bom dia. V. Exa. está me ouvindo? Estou tendo... Me ouve, Sr. presidente?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Agora, sim. Agora estou te ouvindo.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO: - Muito obrigado.

Bom dia a todos e todas. Parabenizar a nossa companheira, amiga, a vereadora Aladilce, por esse momento ímpar, singular, da chegada de mais uma dessa chamada geração diamante, neste momento tão difícil que nós estamos passando. É essa esperança, de fato, nessas crianças, de dias melhores. Então, parabéns, vovó Aladilce, que seja tão guerreira e que enfrente menos lutas, porque é sinal que nós conseguimos melhorar o mundo para essa geração que chega e torna esse mundo cada vez um lugar mais humano, mais fraterno e melhor.

Então, Sr. presidente, é com essas palavras que eu gostaria de pensar esse projeto. E tem algo... E eu que participei da reunião conduzida pelo vereador Paulo Magalhães, quando nós trouxemos o secretário Thiago, tivemos um diálogo bem interessante que, pra mim, que participo de movimento social, que tenho uma experiência de pelo menos 28 anos - completo agora em julho -, com o Instituto Cultural Steve Biko, essa organização que há 28 anos vem promovendo ações afirmativas, nós entendemos que nossos projetos sociais são verdadeiras

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

declarações políticas em prol e em defesa das nossas comunidades.

Eu tive a oportunidade de participar do Consórcio da Juventude para o Primeiro Emprego, na época em que o hoje senador Wagner era o ministro do Trabalho, e, naquela oportunidade, várias organizações, por meio de chamamento público, capacitaram mais de 3 mil jovens nesta cidade. E aí cito o GAPA, o CEAP, Vira Brasil, a Copa MEC, várias organizações, que nós construímos uma *expertise*, uma tecnologia social de como você ao mesmo tempo em que ocorre a capacitação, a qualificação dessa juventude, nós trabalhávamos também com a elevação da escolaridade, a participação cidadã, e ainda tinha como contrapartida, nós teríamos que garantir a chamada inserção dessa juventude no mercado de trabalho.

E eu lembro de um projeto bem inovador que nós fizemos à época, que foi um projeto de *DJs*. Nós formamos cerca de 80 *DJs* há mais de 10 anos e isso deu um impacto. Para mim foi uma felicidade grande, quando eu estava no Nordeste de Amaralina e fui cumprimentado por um jovem em cima do trio, como *DJ*, que havia participado desse projeto. Então, eu sei o quanto impacta na vida das pessoas, um projeto social. Agora, a forma como esse projeto tem sido construído, é a pergunta que nós fazemos. Se ele tem sido efetivo, tem tido efetividade e eficiência, considerando os argumentos que têm sido utilizados, os argumentos que o coloca como essa exclusividade para fazer, para capacitar apenas 300 jovens. Eu diria que a vereadora Marta listou algumas dessas

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

organizações que têm feito isso com muito compromisso e comprometimento dessa juventude.

Então, eu entendo que a modalidade utilizada pelo Parque Social, não vou entrar nem nos outros pontos que são importantes, mas ele não atende plenamente e não é eficiente no quesito ter efetividade com essa política pública.

Eu recebi há pouco aqui, da Defensoria Pública, dizendo, e com muita responsabilidade das Defensorias que cuidam, que estão no seu âmbito crianças, jovens e adolescentes, e que o projeto, por exemplo, não dá conta daqueles mais vulneráveis. Não é estabelecendo hierarquias nisso, mas tem os jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, que o projeto não contempla, os jovens que estão, as crianças e jovens, no caso os adolescentes, que são vítimas do trabalho infantil, e esses são muito mais vulneráveis, e o projeto não contempla absolutamente nada disso.

E, na oportunidade, eu conversando com o próprio Thiago Dantas, eu disse: não adianta selecionar, é preciso pelo menos oferecer uma cota aos estudantes que não têm um bom desempenho escolar, porque é você considerar que esse desempenho escolar depende única e exclusivamente dessa capacidade dos estudantes e você não observar, por exemplo, os meios e as condições que são oferecidos, como é que o ambiente social impacta no rendimento desses estudantes. E dessa sorte, nós tendemos a contemplar efetivamente os mesmos, aqueles que já estão bem colocados. E isso foi o que ele admitiu.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Então, eu entendo que, por mais, e é difícil no meu caso, não é se colocar oposição por oposição, mas esses balizadores que foram trazidos pelos vereadores que me antecederam e as vereadoras, eles são importantes porque o projeto não contempla essas pessoas. Esse argumento de que só o Parque Social pode desenvolver essas atividades, esse argumento é muito frágil, porque nós temos uma lista de organizações que já vêm fazendo isso.

Então, eu entendo, nesse momento de pandemia, que a questão social vai ser bastante aflorada a partir daí as questões sociais, vamos dizer assim. Nós vamos viver, infelizmente, uma verdadeira catástrofe social, porque na medida em que as famílias são afetadas, vai tornar muito mais essa juventude vulnerabilizada. O caminho aí era estabelecer um chamamento público, e a partir desse chamamento público você pode contemplar um maior número de organizações. E isso é uma forma de ter políticas públicas efetivas para atacar algo que vai ser muito grave para todos nós, que é a questão da vulnerabilidade social, principalmente Salvador, que é uma cidade onde a informalidade é uma marca, infelizmente.

É uma cidade que tem a informalidade e o impacto, e eu ouvi recentemente num debate da Ana Georgina, que é uma especialista do Dieese. Ana Georgina disse: " Salvador é uma cidade que tem pouco emprego formal, mas tem muito trabalho. E esse trabalho é precário e de baixa remuneração".

Então, eu entendo, Sr. presidente, que há uma dificuldade real nossa de colocar as nossas digitais, e tendo a importância,

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

mas eu acho que o modelo que está sendo utilizado, esse modelo não contempla justamente os mais vulneráveis. Eu acho que a Prefeitura deveria, entendendo assim ter recursos, fazer um chamamento público. E isso você, o Brasil atingiria essa juventude que está no Bairro da Paz, a juventude que está no Subúrbio, considerando essas próprias organizações que lá estão, que estão mais próximas desses jovens e conseguem entender, de forma mais efetiva, o que é que essa juventude necessita.

E eu entendo que não dá para pensar as políticas públicas com essa juventude para a juventude. É preciso... se aprende muito mais quando se pensa essa política pública com essa juventude. Eu tenho essa experiência de ter criado, junto com outras organizações, foi a *Steve Biko*, foi o Vira Brasil, o GAPA, e, na época, o CEAP, o que nós chamamos de novos paradigmas da equidade.

E isso deu muito resultado porque nós discutimos a formação dessa juventude de uma forma integral, para além da discussão do que eu chamo da formação para o mercado de trabalho, que é importante, mas a formação para a vida. E isso deu um resultado importante porque, além de elevar a escolaridade, nós tivemos pessoas com elevado grau de participação cidadã, respeitando direitos, por exemplo, de o estudante discutir o que é acessibilidade, o que é você sentar, por exemplo, o que é ser um cadeirante, o que é ser uma pessoa portadora de deficiência visual, auditiva.

Então, esses foram os grandes importantes não só para educandos como educadores. O meu entendimento é que

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

nós...eu fico assim 'bolado', eu entendo a importância em função desses argumentos, eu tendo a construir uma posição de abstenção em relação e esse projeto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 **ORDEM DO DIA**

Bom dia, Sr. presidente, demais colegas vereadores e vereadoras. É sempre muito bom estar em sessão ordinária ou até mesmo extraordinária. A gente sente muita falta da presença em plenário, minha, pessoalmente, e de todos nós, para que os debates e as discussões possam também ter o calor da nossa presença.

Presidente, eu quero única e exclusivamente me ater ao Projeto de Lei em discussão, nº 138/2020, e ressaltar, em primeira palavra, a sua importância. Nós estamos diante de um programa de aprendizagem de jovens, que não foi criado agora, nem nesta gestão, nem na gestão anterior do prefeito ACM Neto.

Nós temos uma tradição, através das organizações sociais, sobretudo àquelas vinculadas às Voluntárias Sociais ou às organizações sociais vinculadas também aos Executivos Municipais, em cada gestão que passa pela frente do governo do Estado da Bahia ou da Prefeitura Municipal de Salvador, à realização e à execução de programa semelhante.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Aqui já foi dito nesta sessão, pelo vereador Edvaldo Brito, uma experiência muito própria, inclusive da sua esposa, envolvida com as voluntárias, vamos chamar de Voluntárias Sociais do Munícipio de Salvador.

Eu, particularmente, tenho, ao longo desses 28 anos na administração pública, diversas experiências, tanto ocupando cargos no Estado da Bahia, quanto no Município de Salvador, de lidar com esses jovens que provavelmente muitos deles hoje já sejam adultos, como eu, já na meia-idade, eu diria assim. Como o próprio Sílvio Humberto colocou, na experiência de um DJ em um trio elétrico se dirigir a ele, fazendo referências a uma experiência de uma instituição tão digna como a *Steve Biko*. É claro que muitas outras experiências são de ordem pessoal, eu ouvi, por exemplo, declarações do meu colega, vereador Orlando Palhinha, e de tantos outros que tiveram experiências pelo trabalho na juventude ou ainda na adolescência, que serviu para sua formação profissional e para sua atividade adulta e também sua atividade profissional, seja lá qual for a área.

Eu, particularmente, Sr. presidente, caros colegas, vereadores e vereadoras, tive a primeira experiência de trabalho formal como estagiário, na Coordenação de Finanças do Porto de Salvador, nas Docas, ali na Codeba; vinculado ao Porto de Salvador, tive a experiência, lembro ainda do meu primeiro chefe, Mauro Coqueijo Fidalgo. Como aquela experiência como estagiário - eu já era estudante de administração pública, então, era estagiário de nível superior -, foi importante para eu poder conhecer ainda mais a instituição pública, o ambiente público e

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

firmar compromissos de princípios e valores para a minha vida toda.

Eu tenho certeza que esses 1200 jovens que já foram aprendizes, nessa gestão do prefeito ACM Neto, pelo menos de 2014 para cá, tenho certeza, porque tive a oportunidade, como é iniciativa pessoal minha de participar de algumas formaturas, de algumas certificações, mais do que isso, eu tive como secretário de Cultura e Turismo a iniciativa de ir assistir uma aula de formação de jovens aprendizes, na área do turismo, por exemplo, como jovem empreendedor, e sei da qualidade, não só na expectativa de que tem um jovem em adquirir um conhecimento profissionalizante, mas, acima de tudo, com os professores envolvidos, com essa, eu diria, excelência do Parque Social na execução desse programa.

Por isso mesmo, a minha primeira palavra é de reconhecimento, porque eu tenho certeza, digo isso porque tenho certeza pelos depoimentos que já me antecederam aqui e de todos os vereadores que dão esse reconhecimento, é um reconhecimento que (falha no áudio) nessa nova fase.

Houve uma interrupção, Sr. presidente, não sei se vocês estão ouvindo e as pessoas de casa também, que estão acompanhando a TV, não sei se estão ouvindo a mim, ok? Presidente, só para confirmar. Obrigado, Lorena.

Eu estava falando da importância, do reconhecimento, que eu tenho certeza que cada um dos 43 vereadores, comigo, tem dessa compreensão e, por isso mesmo, presidente, nesse momento não é um apelo que eu faço, é pelo reconhecimento, do

conhecimento de causa. Eu assisti, conforme orientação de V. Exa., na reunião da semana passada, a qualidade da abordagem do vereador Sílvio Humberto, que tem conhecimento de causa, e foi reconhecido, inclusive pelo secretário Thiago Dantas, como um possível colaborador no aperfeiçoamento de programas como esses. Então, eu acho que isso é muito importante, Sr. presidente.

Em segundo plano, presidente, chamar atenção para a característica das Voluntárias Sociais. Dito pelo vereador, esse ilustre vereador, Edvaldo Brito, mas eu posso também testemunhar, eu que convivi com algumas delas, e eu digo para todos isso, de forma muito tranquila e aberta, e a grande referência para mim foi a nossa saudosa D. Arlete Magalhães, mas também convivi com Tércia Borges, convivi com Isabel Souto, essa figura fantástica, também, bastante tímida, mas com uma grandeza na realização das ações sociais.

E eu quero aqui, presidente, neste momento, enaltecer a figura da D. Rosário Magalhães, ela que, como todas as outras que são voluntárias, não são remuneradas por qualquer programa, nem esse Menor Aprendiz; é de uma capacidade para qualificar o Parque Social. A gente precisa reconhecer que nesta gestão do prefeito ACM Neto, de 2013 para cá, sobretudo em 2014, é quando o Parque Social tem toda uma reestruturação.

Eu convido qualquer pessoa, qualquer cidadão de Salvador que esteja assistindo esta sessão, que possa visitar o *site,* fazer uma visita. Neste momento a gente está com algumas restrições, mas acompanhar as ações do Parque Social, que tem o

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

reconhecimento, neste programa específico, da Superintendência de Trabalho, aqui do Estado da Bahia, que tem o reconhecimento do Ministério Público do Trabalho, que quer, inclusive, ampliar o esboço desses jovens que, na sua grande maioria, ou na sua totalidade, são jovens carentes da cidade.

Como o meu queridíssimo amigo, vereador Luiz Carlos Suíca, falou de Santa Cruz, são jovens de toda a cidade, do Nordeste de Amaralina, de Pernambués, do Engenho Velho da Federação, do Brongo, no IAPI, do Subúrbio Ferroviário. Esses são os jovens que estão hoje buscando, nessa aprendizagem, uma perspectiva num momento em que a gente vive uma crise na Educação. Nós não temos nem ministro da Educação no Brasil e, nesse instante, a gente precisa valorizar programas como esse, que são alternativas complementares, ou melhor, suplementares à formação regular dos jovens no ensino médio. Hoje, nós não temos - e aqui eu faço uma posição muito de ordem política e também pessoal do meu mandato, da minha atuação política -, nós não temos no Estado da Bahia, um programa de profissionalização, no ensino pós-médio, inclusive, ou até com a grade curricular do ensino médio.

E aí, presidente, para concluir, do ponto de vista da transparência, na reunião da semana passada - e quero aqui enaltecer a figura do secretário Thiago Dantas, da Sandra Paranhos, também - foi aberto que desses 7 milhões de reais, 64% serão destinados para benefício, auxílio aos jovens, desde a sua remuneração, transporte, alimentação. Uma coisa importantíssima trazida aqui pelo vereador Edvaldo Brito, me

associo a ele, é a tecnologia. Devido à pandemia, nessa próxima fase, esses jovens vão receber *tablets*, inclusive planos de dados, para que eles possam ter a formação à distância. Isso é formar gente.

Presidente, o senhor tanto sabe disso, tanto conhece, que tem vocação, e que eu fiz esta semana. Aqui eu faço de público, para toda Salvador reconhecer: esse programa em 2018 foi pela primeira vez trazido à Câmara Municipal por V. Exa. Você, me permita lhe chamar neste momento, era secretário de Trabalho, Esporte e Lazer, trouxe o programa e, mais do que isso, trouxe a sua presença, pelo compromisso que o senhor tem com a Câmara Municipal. É por isso que nós temos que valorizar, porque a lei federal não é nada ilegal. Pelo contrário, é constitucional. A lei federal, que estabeleceu a necessidade de autorização legislativa, não é só pela falta de competitividade, mas pela *expertise* da instituição também. Foi trazida na sua gestão. Eu digo mais: neste momento, tenho aqui o ofício do então secretário Sidelvan Nóbrega, ele que também é ex-vereador e ex-deputado, tem compromisso com a transparência.

Nesse sentido, até mesmo para ajudar no debate, eu fui ao *site* das Voluntárias Sociais da Bahia, para também pesquisar, como a vereadora Marta Rodrigues, competente vereadora. Eu não encontrei dados, encontrei um único convênio no *site* de transparência das Voluntárias Sociais, que é um convênio de 2011, de 6 milhões e 400 mil reais no total. Foi um convênio entre a SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social -, do governo do Estado, que transferiu 6 milhões e 400 mil para as

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Voluntárias Sociais da Bahia, para 60 mil pessoas carente; uma média de R$ 50,00. Agora, aqui me chamou atenção, está lá no plano de trabalho, qualquer um de nós pode fiscalizar as instituições. Esse repasse entre governo da Bahia para as Voluntárias Sociais da Bahia, 78%, foi para material de consumo.

Então, a gente tem buscado essa transparência, que acho que é fundamental. Eu tenho certeza que a gente encontra isso, até mesmo porque o secretário Thiago Dantas e a presidente Sandra Paranhos admitiram - torno público isso, porque primeiro foi na reunião - nós termos uma comissão de vereadores, não precisa nem uma comissão, mas quem quiser ser voluntário, estar dentro do Parque Social acompanhando essas ações.

Então, Sr. presidente, eu queria aqui conclamar a todos os colegas para que a gente vote de forma unânime na aprovação. Esses jovens precisam cada vez mais de uma atenção dos vereadores, das vereadoras e da Câmara Municipal de Salvador. Se não fosse a Câmara, esses jovens não estariam tendo outra alternativa profissionalizante que não fosse o Jovem Aprendiz.

Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MARCOS MENDES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 **ORDEM DO DIA**

Bom dia Sr. presidente. Eu sei, Sr. presidente, a gentileza faz com que a gente...

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Primeiro, Sr. presidente, eu queria pedir a permissão de V. Exa., porque eu ia falar no Pinga-Fogo da semana passada, mas na agonia acabou não tendo Pinga-Fogo e eu fiquei deixando para o final e acabei não falando. Eu gosto de justificar algumas coisas que foram colocadas, de maneira muito rápida, em menos de um minuto que vou justificar isso. Inclusive, justificar para os meus pares, porque a gente tem demonstrado aqui que não somos oposição por ser oposição, não votar por não votar. Acho que a gente tem que ter a responsabilidade quando a gente faz esse tipo de votação.

Então, primeiro quero dizer a Luiz Carlos que, quando votei contra o Participatório Municipal da Juventude, quando você vai fazer uma discussão política sobre o Participatório, então, a gente pensa logo em doutrinação. Eu seria contra se também tivesse um vereador de esquerda aqui, de oposição, fazendo uma proposta como essa. Acho que a juventude tem que, de maneira natural, se inserir no processo político e participativo, não através de um processo doutrinário.

Quero dizer ao vereador que fez a redução gradativa sobre as mensalidades das escolas da rede privada, tentei falar com o vereador várias vezes, mas não consegui, para colocar como emenda que não reduzisse o salário e nem professores e professoras fossem demitidos, porque é isso que acontece na rede privada quando se reduz as mensalidades, automaticamente as pessoas são demitidas. Foi por isso que eu votei contra.

Em relação à garantia de práticas religiosas em templos e congêneres, eu fui contra, pelo seguinte: sou afeito à diversidade

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

religiosa, inclusive sem preconceito, discriminação e desrespeito. Mas, em um momento como esse, a gente precisa pensar nas pessoas. A gente pode fazer de maneira virtual as sessões religiosas, mas em hipótese alguma a gente deve ter aglomeração nesse momento.

Queria dizer, inclusive, presidente, que eu queria me solidarizar aqui com os mais de 10 milhões e 300 mil pessoas que foram acometidas pela Covid no mundo; mais de 505 mil, 518 mortos; no Brasil, mais de 1 milhão e 400 mil pessoas acometidas, e 58.314 pessoas mortas. Então, quero me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos em um momento como esse.

Queria, também, me solidarizar com os taxistas desta cidade que já perderam em torno de 22 pessoas, 56 pessoas estão hospitalizadas e 58 estão em quarentena. Então, centenas de pessoas que estão em uma situação muito grande, e são pessoas abaixo de 60 anos. É por isso que eu digo, pessoal: prefeito, tenha sensibilidade com os taxistas e as taxistas abaixo dos 60 anos, porque as pessoas estão morrendo, estão sendo acometidas pela Covid-19. Não são só as pessoas acima de 60 anos que precisam ser protegidas, mas todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Eu queria começar a falar, Sr. presidente, sobre esse Projeto nº 138/2020. Queria dizer, Sr. presidente, que realmente Leleto acabou me passando aqui a questão da assinatura eletrônica, que está ok. Esse projeto de quebra do interstício, eu preciso saber se é só em relação à questão da pandemia, porque a gente precisa fazer uma discussão muito mais ampla. Acho que o

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

interstício é importante para se ter a discussão com os movimentos sociais, com os trabalhadores que são acometidos por qualquer votação em relação, como essa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Deixa eu fazer só um esclarecimento. Me permita só um esclarecimento para V. Exa. A quebra do interstício não alterou em nada, não modificamos em nada. Para votar as duas matérias, em função da pandemia, eu submeti ao plenário e votamos a quebra do interstício para essas matérias. Ok?

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Só sobre a pandemia, não é isso?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Isso, isso.

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Depois continua normal? É isso que eu queria ter certeza.

Eu quero conversar, Sr. presidente, primeiro, sobre esse Projeto nº 138/ 2020, Parque Social. Mais uma vez eu quero dizer o seguinte: eu sou um jovem muito humilde, Sr. presidente, nasci e me criei no bairro da Liberdade, um bairro extremamente popular, e eu me lembrava que minha mãe e minha avó eram muito duras com a gente. Então, a questão da coerência, da ética. Então, era muito duro.

Tem um ditado que eles falam o seguinte: "Não basta ser honesto, tem que parecer honesto". A minha posição é contrária. Não basta parecer honesto, as pessoas têm que ser honestas na prática. Inclusive, eu estudei na Escola Professor Raimundo de Almeida Gouveia, na Segunda Etapa de Castelo Branco, porque

eu fiquei com minha avó durante um tempo e ela era muito dura, quando eu chegava, às vezes, com a camisa manchada de barro, porque eu brincava o tempo todo, ela dizia que nós precisávamos manter as camisas limpas para não ficar lavando todos os dias. Então, ela era muito dura, não entendia como era importante as crianças se movimentarem, brincarem, naquele tempo. Portanto, a gente teve tanto mãe como avó muito duras, naquele momento.

Baseado nisso, eu queria dizer o seguinte: no momento de um chamamento público como esse, em um projeto como esse, a gente precisa, mais uma vez, fazer alusão ao chamamento público. Foi falado por vários vereadores e vereadoras que me antecederam da importância em ter a diversidade, inclusive a diversidade geográfica.

Então, exclusividade em um momento como esse, eu acho que é extremamente equivocado. Você passar 7 milhões de reais... E aí eu quero dizer uma coisa interessante aqui, Sr. presidente, que uma Casa Legislativa como essa precisa se atentar. Tem uma Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, que diz o seguinte: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento para o exercício do cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal".

Tem também o decreto do próprio município, que diz o seguinte, é o Decreto nº 23.781 de 16 de janeiro de 2013, um decreto assinado pelo próprio prefeito ACM Neto, que diz o seguinte: "Dispõe sobre a vedação do nepotismo nos órgãos e entidades municipais e no âmbito das contratações de serviços terceirizados e nos convênios e instrumentos equivalentes celebrados pela administração pública municipal".

Então, como foi dito aqui, isso está ferindo a moralidade, a impessoalidade e a violação também dos princípios da administração pública, porque, uma, a presidente do Parque Social é a então mãe do prefeito de Salvador, a Maria do Rosário. E também é importante salientar que Sandra Maria de Souza Paranhos é assistente pessoal do prefeito ACM Neto, que recebeu nos últimos cinco anos valores entre R$10.938,04 e R$15.827,23.

O que eu quero dizer é que isso não parece razoável, a gente pegar 7 milhões de reais e aprovar para ir para uma instituição que não tem a devida transparência.

Outra coisa importante que eu queria salientar é o seguinte, Sr. presidente: nós queríamos saber a quantidade de jovens atendidos. Nós queríamos saber as regiões geográficas que esses jovens são atendidos, o nome, o endereço e o contato desse jovem, dessa jovem, para que a gente possa saber como é que está a situação, quais as dificuldades que estão passando, se realmente estão tendo atendimento que deveriam ter.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

A prestação de contas. Cadê a prestação de contas? Eu acho que deveria ser encaminhada para essa Casa, deveria ser encaminhada para cada vereador, cada vereadora, a prestação de contas do que tem sido feito em relação a essa atividade do Parque Social.

Eu sou presidente da Comissão em Defesa da Criança e do Adolescente e tenho ido muito aos bairros periféricos, bairros populares. Nós sabemos a dificuldade que essas pessoas passam. A vereadora Marta Rodrigues elencou uma série de entidades que, apesar de ser correta a indicação, mas, por exemplo, são entidades que a gente acha que não precisa uma verba pública ser encaminhada, como a Fundação Bradesco. O Bradesco que é um banco privado, que vem lucrando bilhões, mesmo na pandemia, e outras entidades, mas tem associações de bairro.

Associações de bairro, por exemplo, no Nordeste de Amaralina. A gente tem uma associação ali que faz inclusão na área de cultura, na área de música, dando aprendizado àquela juventude que está em situação de vulnerabilidade muito grande. Não é à toa que a polícia entra lá e começa a assassinar, começa inclusive a invadir casas.

Então, a gente precisa fazer com que essas pessoas sejam orientadas para um trabalho como esse, e as pessoas têm todas as dificuldades, às vezes, não têm nem os equipamentos necessários para fazer os cursos gratuitos para aquela população. E isso não é só no Nordeste de Amaralina, isso também acontece em Sussuarana, na Liberdade, na área da Suburbana, em várias áreas periféricas.

Então, a importância de um chamamento público, a importância de nós não direcionarmos esse valor. Em que pese 60% desse valor seja designado para transporte, para alimentação, para os cursos que eles estão tomando, a gente precisa dizer o seguinte: isso não é uma justificativa para que a gente possa direcionar uma verba pública de 7 milhões de reais, porque nós estamos passando por uma situação muito difícil, dessa forma.

Não somos contra nenhum tipo de treinamento, de formação, esse trabalho do Menor Aprendiz tem uma importância grande, como o vereador Claudio Tinoco falou. Inclusive, eu já fui estafeta, com 16 anos de idade trabalhei, e a importância grande do trabalho e de sermos inclusos no mercado de trabalho. Mas o que a gente está falando aqui é, justamente, que não tem nenhum tipo de probidade a gente direcionar o dinheiro para não só entes da família.

Outra coisa que nos deixa muito preocupados, Sr. presidente, é o seguinte: a Folha de São Paulo fez uma divulgação muito grande de uma matéria muito importante que disse que 715 milhões de reais circularam a partir de 2013 até 2018 em empresas de parentes e amigos e secretários do prefeito ACM Neto. Não tem justificativa nem no decreto, nem na Súmula Vinculante nº 13. Então, 715 milhões de reais, isso é extremamente grave, é extremante grave. Eu acho que a gente não pode só parecer honesto, nós precisamos ser honestos.

E outra coisa que vem acontecendo que tem nos deixado muito preocupados, também, Sr. presidente, num momento como

este, e é por isso que nós estamos justificando o voto em relação a esse Projeto 138/2020, é que existem mais de 200 diligências do Ministério Público encaminhadas tanto para o governo do Estado, como para o governo municipal, de contratos com dispensa de licitação, contratos que estão nebulosos, não têm a devida transparência. Não foi criado Portal da Transparência para a Covid-19, nem no governo do Estado, nem no governo municipal. Não sabemos o teor desses contratos. Nós sabemos aqui o que aconteceu: R$ 48.700.000,00 foram desviados, os indícios muito grandes de desvio com respiradores que nunca foram recebidos. Inclusive, a dona do *Hempcare*, uma das sócias do *Hempcare*, falou em depoimento que tem intermediários como o Cleber Isaac, que recebeu 3 milhões de reais pelo intermédio e outro que recebeu 9 milhões de reais pelo intermédio, se eu não me engano, Galante, não estou lembrando muito bem o nome. Um foi indicado pelo vice-governador João Leão, segundo a reportagem, e outros indicados pelo Bruno Dauster. Então, isso a gente precisa colocar a prova, a gente precisa ter noção. Aqui teve (falha no áudio) do álcool em gel.

Então, quero dizer, Sr. presidente, que existem vários projetos, várias coisas que vêm acontecendo aí, durante a pandemia que as pessoas estão se aproveitando da pandemia para contratos com dispensa de licitação sem a devida transparência, e esta Casa precisa ter a transparência de tudo que vem acontecendo.

Então, muito obrigado, Sr. presidente.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ODIOSVALDO VIGAS** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 **ORDEM DO DIA**

Senhor presidente, inicialmente, quero desejar um bom dia, ainda, a todos vereadores e vereadoras desta Casa, e dizer o seguinte, Sr. presidente...

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Eu estou te ouvindo, é porque Leleto está me atrapalhando aqui, mas eu estou te ouvindo.

SR. VEREADOR ODIOSVALDO VIGAS: - Quero me associar à moção do vereador Henrique Carballal e comunicar ao mesmo que já dei entrada em um projeto denominando uma rua de Salvador com o nome do deputado federal Félix Mendonça. E parabenizar a vereadora Aladilce por ser uma nova vovó desta Cidade do Salvador.

Porém, Sr. presidente, eu quero dizer que o vereador Edvaldo Brito nos embasou juridicamente para que possamos votar esse projeto, o PL 138/2020, com segurança, inclusive, esclarecendo toda essa importância da questão do Parque Social para a Cidade do Salvador. E ele, como eu, que temos origens negras, com dificuldades, compreendemos muitas vezes, em ação prática, a importância dessa rede de proteção social pelo poder público. Compreendemos a importância de uma universidade pública, como é a Universidade Federal da Bahia, que faz acesso a todos estudantes, principalmente, hoje, com as cotas aos

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

estudantes de maior vulnerabilidade social e, principalmente, com a cota à questão dos pretos e pardos desta Cidade do Salvador e do Brasil.

Mas, Sr. presidente, compreender a importância do Parque Social é compreender também a importância da Fundação Cidade Mãe, que faz um grande trabalho social, que faz um trabalho com arte, com teatro, com dança, faz ações profissionalizantes, ações culturais e administrativas. E no momento em que o Parque Social se propõe a essa transferência de recursos, é para fazer com que esses estudantes tenham acesso à chamada tecnologia da informação, em que no nosso país, os nossos cidadãos, na base do município, nós teremos, justamente enquanto poder público, através dessas fundações, fazer com que o cidadão tenha acesso à tecnologia da informação, porque aí, sim, haverá a verdadeira revolução de emprego, a revolução da educação, que tanto este país precisa para se igualar aos demais. Apesar de termos um governo federal que não dá importância tanto a ciência quanta a tecnologia. Agora, porém, o prefeito ACM Neto, através de sua gestão, está cumprindo o seu papel.

Aqui, alguns vereadores que me antecederam, falaram sobre a questão do marco temporal do tempo, falaram porque veio à Câmara, falaram em critérios e em seleção. Eu digo que veio à Câmara, porque é importante pela transparência da gestão. Então, no momento em que manda que o projeto venha à Câmara, não só uma transparência para os meus pares enquanto vereadores, mas uma transparência para a sociedade, uma transparência para os soteropolitanos, para compreender que

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

esses recursos estão sendo alocados dentro de uma instituição que, por sua vez, como já disse o vereador Claudio Tinoco, como bem disse o vereador Edvaldo Brito, faz um grande trabalho social no seu reconhecimento na questão de creche, de escolas e tantas outras ações sociais. E os critérios? Os critérios colocados são o quê? O compromisso com o social, é o compromisso em fazermos o quê? Uma rede de proteção social, porque a pandemia, hoje, está mostrando que os gestores públicos têm que se preocupar, sim, com a rede de proteção social, principalmente por parte do poder público numa desigualdade tão grande neste país e que agora foi escancarada pela pandemia.

E nisso, a gestão municipal, através do prefeito ACM Neto, sai na frente quando justamente já sai incrementando, já sai implementando essa rede de proteção social. E quando se fala na questão da seleção, a seleção é feita, sim. A seleção é feita por bairros. Ali os jovens aprendizes que querem participar procedem um ato de inscrição, acompanhados de suas mães, e, posteriormente, são submetidos a um teste seletivo. E depois desse teste seletivo têm uma entrevista social. Portanto, presidente, compreenda que esse processo é feito em cima de um embasamento técnico.

Então, Sr. presidente, para concluir, eu digo que essa rede de proteção social visa justamente combater as desigualdades sociais marcantes na nossa Cidade do Salvador.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020 – **NA PRESIDÊNCIA**

Declaro encerrada a Sessão.

Muito obrigado, vereadores. Deus fique com vocês!

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br